



2025

V.18

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Artigo Original

AO

Original Article (OA)





O estabelecimento de um campo androcentrado para a história na França oitocentista: a “questão Dauriat” no Institut Historique de Paris

The establishment of an andro-centered field for history in nineteenth-century France: the “Dauriat question” at the Institut Historique de Paris

Isadora Tavares Maleval

malevalisadora@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0003-4882-7907> 

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Departamento de História de Campos, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

**Resumo**

Nos últimos anos, a história da historiografia tem se proposto a repensar o estabelecimento do campo da história no século XIX problematizando suas marcações misóginas, características e sintomas do processo de disciplinarização. Este artigo é uma tentativa de contribuir com tal debate, tendo como foco a participação de uma “mulher de letras”, a feminista Louise Dauriat, no congresso de história organizado pelo Institut Historique de Paris, em 1837, e toda a querela que se estabeleceu a partir de então. Parte-se desse evento para compreender a rejeição sofrida por mulheres historiadoras ao longo de todo o oitocentos, sobretudo em relação à proibição de entrada em instituições que se propunham a estabelecer formatos de pesquisa e escrita históricas, e os problemas que tal ostracismo acarretou em termos práticos e também epistêmicos.

Palavras-chave

Campo historiográfico. Produção intelectual feminina. Século XIX.

Abstract

In the past years, the history of historiography has proposed to rethink the establishment of the field of history in the 19th century, problematizing its misogynistic features, characteristics and symptoms of the disciplinary process. This article is an attempt to contribute to this debate, focusing on the participation of a “woman of letters”, the feminist Louise Dauriat, in the history congress organized by the Institut Historique de Paris, in 1837, and the entire dispute that ensued from then on. We start from this event to understand the rejection suffered by women historians throughout the 1800s, especially in relation to the ban on entry into institutions that proposed to establish formats of historical research and writing, and the problems that such ostracism caused in terms practical and epistemic.

Keywords

Historiographical field. Female intellectual production. 19th century.



Introdução

Os últimos anos têm sido decisivos na incorporação de discussões teóricas e práticas a respeito da relação entre gênero e história à análise historiográfica. Os caminhos percorridos pela temática oriunda do que passou a se denominar como *história das mulheres* em determinado momento também possibilitaram questionamentos mais amplos, no tocante à avaliação da colaboração feminina (ou feminista) na epistemologia da história e, ao contrário, do apagamento desta mesma participação, a partir de estudos que demonstram o alijamento de mulheres de instituições notabilizadas por pensar e produzir historiograficamente (Oliveira, 2018; Oliveira, 2019).

Sendo ponto pacífico que a história moderna, de viés cientificista, imperialista e androcêntrico (Pereira, 2018), foi fundada no século XIX, compreende-se a escassa presença das mulheres em instituições de pesquisa e universidades ao longo do oitocentos, e mesmo nas primeiras décadas do século seguinte. Tomando por base a realidade francesa desse contexto, busco neste artigo dialogar com trabalhos que trazem um olhar sobre o gênero para a problematização da história, enquanto campo disciplinar específico (Scott, 1992; Smith, 2003). Pretendo colaborar com a discussão partindo de uma trajetória individual que acabou por encontrar (indo de encontro, mais do que ao encontro, vale notar, de) uma dada coletividade. Trata-se da feminista francesa Louise Dauriat e suas interações com o *Institut Historique de Paris* (IHP) na década de 1830.

Um campo para a história na França no limiar do oitocentos?

Concordando com Pierre Bourdieu (2004) sobre a necessidade de analisar os mecanismos sociais que orientam as práticas científicas, a noção de *campo disciplinar* é particularmente interessante, como um “espaço relativamente autônomo” que promove imposições e solicitações também específicas, ainda que se relacionem com as demandas sociais. Dentro dessa perspectiva, resistências podem ser previstas, mas com limitações claras: são “mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar das imposições externas e reconhecer suas próprias determinações internas” (Bourdieu, 2004, p. 21). Nesse sentido, o seu grau de autonomia sempre seria medido pelo poder de refração, retradução e politização do campo.

No intuito de pensar essa relação para o campo historiográfico, não há como negar que componentes como competência, autoridade e definição de regras são estabelecidos a partir do reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares (Bourdieu, 2004). Ou seja, são imposições



que configuram o campo, desde a *concepção e eleição* de um tema a ser estudado, *como* vai se processar esse estudo e *de que forma* ele irá se apresentar enquanto narrativa, processo que Ana Carolina Pereira (2018) denominou de “*a priori* epistêmico”. Por isso é necessário investigar os modos pelos quais tais pressões são exercidas. As instituições são centrais dentro dessa análise, sendo inclusive as responsáveis pelo nascimento de determinadas *disciplinas*, como as academias ou as universidades (Certeau, 2002, p. 69).

A formação de grupos que instituem espaços de discussão sobre determinados temas foi essencial para a fundação da história como disciplina e como ciência no século XIX e sua consolidação enquanto campo do conhecimento (Furet, 1986; Guimarães, 2008; Payen, 2011). Tais “espaços”, muitas das vezes, nasceram como forma de garantir um “lugar científico” dissociado dos assuntos públicos de um dado momento.

Pensando na França, é já conhecida a análise de François Furet (1986) sobre o “nascimento da história”, não enquanto gênero literário, que remontaria à Antiguidade Clássica, mas como disciplina, em uma dupla perspectiva: através do estabelecimento de métodos, regras e limites cada vez mais claros sobre o ofício (e, portanto, uma tentativa de *controle* sobre o conhecimento produzido a respeito do passado), visando a um determinado objetivo político – afinal, foi no oitocentos que a história se tornou *ensinável* nas escolas francesas, no momento em que se assumia a sua utilidade como “pedagogia do cidadão”. De um lado, pesquisa e escrita disciplinadas; de outro, a criação de uma *disciplina escolar* que tinha o passado como foco.

Mas não qualquer passado, porque não se tratava de qualquer presente. Sobre tal contexto, em que pese a enorme complexidade política e social das primeiras décadas do oitocentos na França, Furet indica um ponto de inflexão importante, a partir da Monarquia de Julho (1830-1848). Este seria o momento em que distintas tradições – em linhas gerais, a erudição e a história filosófica iluminista – convergiriam e configurariam a (nova) prática historiadora, justamente porque era também o momento em que a história francesa tentava reunir, de forma *quase* pacífica, Antigo Regime e Revolução. Isso porque o “rei dos franceses”, Luís Filipe de Orléans, era reconhecido como o primeiro monarca de uma “dinastia sem passado”, legitimado por meio da Constituição e não pela hereditariedade, representando e assumindo compromissos que uniam os dois regimes, o anterior e o posterior a 1789 (Guimarães, 2002, p. 185).

Assim como Furet, para quem tal contexto explica e, em certa medida, justifica a criação de uma história *disciplinar*, Carraro (2017) demonstra o quanto, a partir dos anos de 1830, a história “era um conhecimento em busca de cientificização”. Esse processo se articulava diretamente às exigências políticas, de construir uma história nacional (Carraro, 2017, p. 35). Exemplo disso foi o surgimento de agremiações históricas em solo francês, que tomaram para si, em dado momento,



a urgência em discutir a configuração disciplinar da escrita da história, na tentativa de definir as bases do ofício do historiador.

Sendo aqueles espaços de reunião de *homens* de letras, não resta dúvida de que esse processo em direção à sistematização e profissionalização da história deu-se junto à interdição das mulheres, caracterizadas quando muito como *amadoras*, o que é no mínimo curioso: o que exatamente significava tal adjetivo naquele contexto? Afinal, em relação ao *Institut Historique*, fundado em 1834 em Paris, havia uma

[...] tensão entre as exigências de uma maior profissionalização e o tratamento da História como uma atividade de diletantes e amadores, [...] pela disputa entre os que desejam abri-lo e profissionalizá-lo, para isso tendo que enfrentar inclusive os desafios financeiros para a manutenção da instituição e aqueles que preferem-na como agremiação de pares devotados ao estudo da História (Guimarães, 2002, p. 191).

Manoel Salgado Guimarães não chegou, de fato, a conceituar o que entendia por *amadorismo*, para além de uma oposição à noção de profissionalismo. Mas se a agremiação francesa era tensionada por práticas amadoras e profissionais em relação à história que deveria ser produzida, pergunto, utilizando-me das reflexões de Bonnie Smith (2003), o que significava o epíteto de *história amadora*, fundamental como medida para desqualificar o trabalho das mulheres que se propunham a escrever história, em suas múltiplas facetas, no início do oitocentos.

Antes da profissionalização, a história era entendida a partir de uma variedade de formas, envolvendo uma amplitude de aspectos da experiência humana: podia ter “valência emocional” e transmitir “um sentido do passado em toda a sua celebrada imanência” (Smith, 2003, p. 277), assim como a vida cotidiana como cerne e textos eruditos e romances como forma, até porque era incipiente a definição de conteúdo, foco e forma.¹

Outro ponto de destaque revelado por Smith é o fato de que a escrita amadora, incluindo aquela realizada por mulheres, podia ser caracterizada como “história de grande alcance”, voltada para o mercado, tendo como leitores o “público em geral”. Já a história profissional, cada vez mais direcionada aos pares, como apontou Certeau (2002), era estimulada dentro das “exclusivas instituições históricas”, onde as mulheres não entravam. A distinção entre

¹ Bonnie Smith (2003, p. 90) entende história amadora também como aquela que relatava múltiplos traumas, não apenas os ligados a guerras e revoluções, como também os que incluem violências historicamente sentidas pelas mulheres, os abusos habituais.



os públicos que consumiriam essas histórias – pessoas comuns *versus* elite cultivada (no caso da história amadora e da história profissional, respectivamente) – denotava a constituição de um saber especializado que pairava “acima da vida comum” (Smith, 2003, p. 25-26; p. 30). Com o correr do tempo, passava a designar cada vez mais o estreitamento do foco sujeito/matéria, em oposição ao seu distanciamento preconizado pelo profissionalismo. E, nesse sentido, a história amadora era vista como uma “espécie de impureza que o profissional eliminou – uma imensidão de falsidades que ele removeu para encontrar um passado autêntico e uma verdade objetiva” (Smith, 2003, p. 24-25).

Aparentemente, ainda que as práticas, a metodologia e a mentalidade histórica moderna ainda estivessem em discussão mesmo entre aqueles que já se apresentavam como exemplos de historiadores “profissionais”, a memória disciplinar que se consolidou é a que rechaça a historiografia feita então por mulheres, como a antinomia de um saber especializado. Isso se revela desde a tentativa fracassada de algumas (poucas) delas adentrarem os referidos círculos letrados, até a “demarcação das incursões femininas na prática historiográfica com o rótulo de amadorismo” (Oliveira, 2019, p. 60), o que confere uma condição marginal e periférica das mulheres no campo da história intelectual e, conseqüentemente, no “subcampo” da história da historiografia (Oliveira, 2018, p. 108).

O Institut Historique de Paris e seus congressos

Em artigo já mencionado, Manoel Salgado Guimarães problematizou a historiografia francesa do século XIX, evidenciando, prioritariamente, as produções do *Institut Historique de Paris* e da *Société de l'Histoire de France*, ambas surgidas na década de 1830. A partir da comparação entre essas duas instituições cuja matéria de interesse era a história, o autor indicou a imensa importância desse conhecimento naquele contexto pós-revolucionário, tendo em vista que tratar do passado era objeto de disputa contínua (Guimarães, 2002, p. 184).

Sobre aquele primeiro instituto, pode-se indicar que parte do seu conhecimento entre pesquisadores brasileiros dá-se por conta de suas articulações com nosso famoso conhecido e objeto de grande número de estudos acadêmicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A ligação entre as associações foi expressa por Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Matos desde a inauguração do IHGB, em 1838, ao postularem que: “O Instituto abrirá correspondência com o Instituto Histórico de Paris, ao qual remeterá todos os documentos da sua instalação [...]” (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839, p. 1). A agremiação



francesa é tida por muitos como uma importante fonte de inspiração para a congênere brasileira (Guimarães, 1988, p. 14).

Além disso, Faria (1970), Andrade (2009) e Carraro (2017) demonstram a boa receptividade de brasileiros – muitos deles sócios também do IHGB, a partir de sua fundação – e de temas sobre o Brasil na agremiação francesa ao longo do século XIX. Esses e outros estudos recentes, como o de Maleval (2015) e Rudi (2019), retiraram o IHP do obscurantismo ao qual esteve relegado por anos. Isso porque, a despeito de um texto seminal escrito por Paul Deslandres (1922), e dos estudos mencionados, houve um destaque maior dado à contemporânea *Société de l’Histoire de France*, cuja fundação reporta-se a ninguém menos que François Guizot (Guimarães, 2002, p. 187).

Levado a cabo pelo polemista Eugène de Monglave, que viria a ser então seu secretário perpétuo, com a ajuda do “historiador das Cruzadas”, Joseph François Michaud, o primeiro presidente da instituição, o IHP obteve registro junto ao Ministério da Instrução Pública de Paris em novembro de 1833. Sua constituição definitiva ocorreu em abril de 1834, dando origem a “[...] uma das mais conceituadas agremiações eruditas do fim do século XIX e do século XX [...]”, a *Société des études historiques*, em 1872, cujo encerramento provável se deu logo após a Segunda Guerra Mundial (Faria, 1967, p. 47).

De modo conciso, um de seus membros mais atuantes e também ilustres, Philippe Buchez, assim caracterizava a instituição: “[...] será mais que um centro de trabalho e de comunicações intelectuais; ele terá sucesso em estabelecer essa unidade de objetivo e de método que falta aos sábios europeus; **ele irá preparar uma história e criará os historiadores**” (*Société des Études Historiques*, 1836, p. 502, tradução e grifos meus). Dentre os seus objetivos destaca-se o incentivo aos estudos históricos na França e no estrangeiro, fazendo uso de correspondência com outras instituições congêneres – como executou, posteriormente, com o IHGB –, fundando sucursais, publicando material, criando uma biblioteca especial e organizando sessões gerais e particulares, congressos anuais e cursos públicos e gratuitos de história.

Os sócios seriam responsáveis por levar à frente pesquisas de grande abrangência: da geografia antiga até o estudo de manuscritos, passando pelo interesse pelas línguas, literaturas, ciências, artes, antiguidades, monumentos, moedas e “impressos curiosos de todos os países e épocas”. Tais elementos garantiriam lançar luz sobre “tudo que constitui a ciência histórica” (*Société des Études Historiques*, 1837, p. 52 – tradução livre). Era, portanto, vasto o campo que se propunha a abranger. Ao contrário do que afirmava Buchez no trecho citado anteriormente, Faria (1970, p. 48) reconhece nesse aspecto uma oposição ao caráter especializado que a história paulatinamente passará a ter com o decorrer do século XIX. Sobretudo nos anos iniciais, o IHP



tinha uma produção dispersa, na qual reinava um caráter de improvisação e de amadorismo, como já comentei.

De acordo com Michaud, a perspectiva de “ciência histórica” possuía uma utilidade fundamental, a de ser um “ensinamento moral”: o conhecimento dos tempos passados funcionava como forma de iluminar aquilo que os “sábios de hoje gostariam de colocar à geração presente” (*Société des Études Historiques*, 1836, v. 1, p. 2-3 – tradução livre). Essa mesma questão, da finalidade ou objetivo da história, era vista com tanta importância dentro do IHP que foi o tema de abertura do seu primeiro congresso, em 1835.

Em relação às produções, destacam-se o periódico da instituição, os cursos de história e os eventos que organizou. De acordo com Mathieu-Guillaume-Thérèse Villenave, presidente do quinto congresso de história, eram três as “alavancas para impulsionar a civilização”: os jornais ou folhas periódicas; as associações conhecidas pelo nome de academias, institutos, sociedades *savantes*, literárias ou artísticas; e os congressos (*Société des Études Historiques*, 1840, p. 566). Em todos os casos, vislumbra-se o objetivo da associação em publicizar aquilo que se desenvolvia em seu seio, algo esboçado desde seus primeiros estatutos; em colaborar com a “marcha da civilização” através da palavra, passada escrita ou oralmente. A comunicação com o público, como consta da primeira edição do periódico, em 1834, era de fundamental importância para se atingir a utilidade “atual, real, positiva” da história (*Société des Études Historiques*, 1834, p. 1 – tradução livre).

Enquanto o *Journal de l'Institut Historique* era o instrumento para garantir a ampliação quase irrestrita do que era discutido no *Institut*, podendo ser enviado para as várias partes do mundo, os congressos devem ser identificados como a execução do que havia de mais importante para a agremiação, em consonância com uma prática que se estabeleceu no século XVIII e que se tornaria ainda mais comum a partir da segunda metade do século XIX: a das “conferências científicas” públicas. De acordo com Bruno Leal de Pastor Carvalho, tais eventos foram as principais formas de vulgarização da ciência, levando às “massas populares informações científicas e educacionais de forma acessível e esclarecedora”, dentro de uma lógica iluminista (Carvalho, 2021, p. 138). A participação – enquanto conferencistas – era praticamente restrita aos acadêmicos destacados, quase sempre membros de sociedades científicas (Carvalho, 2021, p. 137).

Em que pese o fato de a história, naquele contexto, não se configurar enquanto um saber “ainda completamente institucionalizado no circuito da ciência”, tais empreendimentos visavam outro objetivo, este sim muito presente na acepção de história em jogo nas primeiras décadas do oitocentos: seu caráter instrutivo (Carvalho, 2021, p. 156). Por tudo isso, no caso do IHP, ainda que entendidos como um meio para obter o conhecimento, tampouco seria irresponsável considerar



os espaços de sociabilidade intelectual que eram os congressos como um fim último, porque toda a agenda da instituição, desde seu início, parece girar em torno desses eventos. Mesmo com as dificuldades financeiras e todos os problemas internos pelos quais passou em seus anos iniciais, os congressos tinham sua vez garantida no IHP, anualmente. Houve tempo em que nem sequer sua localização era certa, o que não impedia que ocorressem conforme o previsto. Todos os cuidados para suas realizações eram necessários porque, citando Philippe Buchez, os congressos eram a “questão de vida” do instituto: o que o “popularizava”, garantindo-lhe “longa existência” (*Société des Études Historiques*, **Registres de l’Institut Historique...**, f. 175).

Os encontros acadêmicos tiveram sua primeira edição dois anos após o estabelecimento da agremiação. Sua execução começara, entretanto, a ser pensada algum tempo antes nas Assembleias Gerais e nas reuniões do *Conseil* gestor e das classes. Havia todo um processo que envolvia pensar quais questões seriam tratadas nos eventos, desde a pauta enviada pelos interessados, passando pela avaliação da classe ligada à temática da questão (por exemplo, uma questão sobre arte deveria ser exposta à classe de História das Belas-Artes², e assim por diante), até, finalmente, o veredito elaborado pelo conselho do *Institut*.

Tais apreciações eram quase sempre positivas. Houve, todavia, censuras que contrariavam a suposta liberdade de expressão que havia sido, desde o início, alardeada pelo IHP³. Sobre isso alertou Monglave quando da preparação do primeiro congresso: a palavra final sobre a configuração do encontro era dada pelo conselho diretor. Esse tipo de gerenciamento era necessário no momento em que muitos olhares estariam postos no Institut (*Société des Études Historiques*, **Registres de l’Institut Historique...**, f. 176), em um contexto político e social, vale notar, especialmente conturbado: o estabelecimento da Monarquia de Julho, a forte crise econômica – em parte, reflexo da penetração da Revolução Industrial em solo francês – e o grave clima de violência vivenciado na capital Paris (Carraro, 2002, p. 65; p. 92-93)⁴. A cautela dos sócios explica-se em grande parte por esses componentes contextuais, reforçada, em termos interinstitucionais, pela autoridade exercida pelo governo, através do Ministério da Instrução Pública, que estabeleceu uma legislação em 1834 que visava controlar associações intelectuais e científicas (Carraro, 2017, p. 37-38). Isso esclarece a aparente “tendência pacífica” da instituição,

2 Eram, a partir de 1836, quatro as classes: História Geral e da França; História das Línguas e Literaturas; História das Ciências Físicas, Matemáticas, Sociais e Filosóficas; e História das Belas-Artes.

3 Censura que não ocorria apenas quando da organização do congresso. Faria (1970, p. 50) cita o caso da intervenção arbitrária de um voto numa resenha, em que o aparteante achou perigosas certas opiniões sobre a abolição da escravidão e a unificação da Itália.

4 A autora indica a “população nova de semi-nômades” em Paris junto ao “problema operário” como consequências de tal processo, assim como explicação para “o clima de brutalidade e violência” pelo qual passava a capital francesa (Carraro, 2002, p. 65; p. 69).



referendada na proibição de debates políticos (Carraro, 2002, p. 43-45), ainda que as querelas do tempo presente não deixassem de fazer parte da rotina da agremiação.

Tudo isso ajuda a entender a violenta discussão entre alguns membros em torno de uma questão enviada sobre o protestantismo no decorrer da Assembleia Geral de 24 de junho de 1836. Aparentemente, o tema era considerado de extrema gravidade para ser tratado no evento daquele ano. Segundo um dos associados, determinados assuntos tinham que ser rejeitados para não propiciar “discussões perigosas” (Société des Études Historiques, **Registres de l’Institut Historique...**, f. 111). Na mesma perspectiva, outro sócio tentava diminuir o mal-estar, apesar de agravá-lo, indicando que a questão sobre o protestantismo era “difusa e irritante”, como outras que também haviam de ser limadas pelo grupo diretor da agremiação (Société des Études Historiques, **Registres de l’Institut Historique...**, f. 108-111).

E foram. Cerca de três anos depois, era a vez de um certo senhor Auguste Savagner opor-se ao que considerava uma injustiça de seus colegas: ter sua proposta de questão para o congresso de 1839 anulada. A pergunta dupla sobre como era o ensino da história na França nos dias atuais e quais os meios possíveis para aperfeiçoá-lo foi considerada demasiadamente política por questionar, segundo entenderam os algozes, a liberdade no ensino público da disciplina (Société des Études Historiques, **Registres de l’Institut Historique...**, f. 44-45). Fugia, portanto, do foco do IHP de promover conversas sobre a história que não transbordassem para querelas partidárias (Société des Études Historiques, **Registres de l’Institut Historique...**, f. 4; Société des Études Historiques, 1837, p. 52). A discussão teve lugar em sucessivas sessões e, por fim, a questão acabou sendo definitivamente excluída do programa do congresso (Société des Études Historiques, 1840, p. 2). Todo esse procedimento demonstra o cuidado dos membros do IHP com o que devia ser discutido no evento, bem como a rigidez e o controle conduzidos pelo *Bureau* da instituição, sobretudo pela figura sempre vigilante – naqueles anos iniciais da associação – de Eugène de Monglave.

Pelos estatutos, as reuniões no *Institut Historique*, bem como suas produções, deviam ater-se apenas a temas relacionados à história. Ainda que houvesse uma larga abertura para o que eram considerados assuntos dessa qualidade naquele tempo, era notório o esforço em se evitar matérias recentes, sobretudo se relacionadas à política (Société des Études Historiques, **Registres de l’Institut Historique...**, f. 2-4). A explicação para isso pode ser dada em função da própria base da instituição, formada por indivíduos que dificilmente pactuavam das mesmas posições políticas ou ideológicas, como pode-se depreender do trecho a seguir, extraído de um parecer publicado na revista do IHP sobre o livro *Histoire monarchique et constitutionnelle de la Révolution Française*:



Nossos pais, que atuaram sob bandeiras muitas vezes inimigas [durante a Revolução Francesa], não estão no meio de nós? E os filhos, embora professem de vez em quando outras opiniões, não estão sempre prontos a se levantar para defender a honra ou a memória de seus pais? Não coloquemos os pés nesse solo perigoso se queremos continuar amigos (Société des Études Historiques, 1837, p. 27-28 – tradução livre).

Vivendo naquele ambiente de *début du siècle*, e tendo, provavelmente, testemunhado os acontecimentos mais dramáticos pós-1789, a geração de *homens* agrupados no IHP sabia da necessidade de cicatrizar as feridas abertas pela experiência revolucionária (Guimarães, 2002, p. 196-198). Muitos dos sócios do *Institut* percebiam-se “entre dois tempos”, habitando um presente inapreensível, tentando vislumbrar um futuro imprevisível, a partir de um passado, ele próprio, incompreensível (Hartog, 2013, p. 93-132).

A “questão Dauriat”

De certo a Revolução Francesa mudou irreversivelmente o cenário político e social na França e em boa parte do que se convencionou a denominar como “Ocidente”. Passou-se a atribuir ao próprio conceito de revolução outra relação com a temporalidade, agora experimentada como ruptura (Koselleck, 2006). Este não foi, entretanto, o único tema que era visto com cautela pelos membros do IHP, ou que tinha exclusividade enquanto mobilizador de debates, digamos, acirrados na instituição. No terceiro congresso por ela organizado, por exemplo, surgiu uma grande polêmica repercutida a partir da questão “Qual é no século XIX a influência do cristianismo na política europeia?” (Société des Études Historiques, 1837, p. 56-60), cuja apresentação deveu-se à “*femme des lettres*”, madame Louise Dauriat.

Sobre esta personagem, até mesmo as datas de nascimento e morte são imprecisas. Pode-se inferir que Dauriat nasceu antes de 1804, tendo falecido após 1848 (Lambron, 2022), tomando-se como parâmetro de cronologia os registros sobre sua atuação política e intelectual, sobretudo quando eles cessam, em 1848⁵. Dos dicionários literários do século XIX que consultei, poucos fazem menção a ela, quando muito listam alguns de seus trabalhos escritos. O que trouxe mais elementos sobre sua vida foi *La littérature française contemporaine...: XIXe siècle* (1848),

5 Sua apresentação no congresso de 1837 promovido pelo IHP foi mencionada, sem grandes aprofundamentos, por Faria (1970, p. 36-38) e Maleval (2015, p. 133-135).



elaborado por Joseph-Marie Quérard. Segundo ele, Dauriat nasceu em Paris, sendo que a “data de seu nascimento nos é desconhecida”, o que seria, de acordo com o autor, um lugar-comum em se tratando da “idade das mulheres” (1848, p. 151 – tradução livre). A seguir, comenta rapidamente sobre sua atuação em prol de reintegrar as mulheres no exercício de suas prerrogativas, citando seu envolvimento na discussão sobre o ensino das meninas; lista, ainda, alguns de seus escritos, como *La Vierge d’Israel* (1831) e *Épître à M. de Lamartine* (1832), bem como algumas de suas petições, além de mencionar os cursos que ministrou, sobre direito social das mulheres e o Curso de História Religiosa e Universal.

Notabilizada por sua atuação política sustentando bandeiras do movimento feminista daqueles idos de 1830, Dauriat posicionou-se de forma ativa em boa parte dos espaços de poder e de saber da sociedade parisiense, sobretudo nas décadas de 1830 e 1840. Não à toa, se autodenominava como *mulher de letras* (Fauré, 2003, p. 47), tornando-se famosa como “peticionária impenitente” (Riot-Sarcey, 2008, p. 73). Tais condições podem ser vistas como práticas complementares, bem como estratégias de atuação das feministas francesas durante a primeira metade do oitocentos: grosso modo, a atividade *da escrita com o propósito de reivindicar* algo em âmbitos legais.

Apesar da incontestável atuação feminina nos levantes revolucionários iniciados no final do século XVIII, houve o alijamento das mulheres dos espaços de decisão, uma verdadeira exclusão política, além da ambiguidade do seu reconhecimento como agentes civis a partir da República, motivo que teria colaborado com o nascimento do feminismo, no século XIX (Scott, 2012, p. 40). Contudo, esse movimento que surgiu “entre linhas” com a prática revolucionária, veio “claramente à luz” na década de 1830 (Fraisie; Perrot, 1993, p. 12), a partir da prática militante das mulheres, cujo *status* de “cidadã sem cidadania”⁶, sem poder participar das deliberações das assembleias políticas, fez com que se voltassem para as tribunas abertas ao público, se agrupassem em clubes e escrevessem muitos ofícios políticos que circulavam pela cidade, como opúsculos e petições propondo reformas e fazendo reivindicações, falando em nome do “sexo feminino” (Godineau, 1993, p. 27-33).

Assim, concordo com Fauré (2006) e Campos (2022) de que a escrita era vista por essas mulheres como a principal forma de participação e intervenção política, uma vez que não podiam votar ou ocupar assentos na Assembleia. Não por acaso, é com a identidade de *femme de lettres* que Louise Dauriat se apresenta, e como se tornou conhecida em muitos círculos, letrados ou não. Para Aubry (2017, p. 8-10), posicionar-se como tal configurava uma forma de transgressão. Isso

⁶ A primeira Constituição da Revolução Francesa, de 1791, criou duas categorias de cidadãos, os ativos e os passivos, na tentativa de conciliar o temor pela democracia e o compromisso com a liberdade (Scott, 2012, p. 57).



porque o século XIX aceitou a mulher-autora sem oferecer nenhum *status* social possível para ela; não por acaso, eram “suspeitas de masculinidade”. Inclusive o estatuto jurídico da *femme auteur* envolvia uma discussão a respeito da tutela marital. Também contra isso Dauriat se postou, entre 1836 e 1837, durante o seu curso sobre direito social das mulheres: pediu a revisão geral dos artigos “desiguais” do Código Civil⁷, inclusive daqueles que versavam sobre a interdição das mulheres do exercício do comércio (como o livreiro) sem a autorização do marido; tal programa foi retomado em uma petição apresentada à Câmara dos Deputados – tendo sido recebida com risos pelos homens presentes na sessão (Prassoloff, 1992, p. 9-10).

A despeito do escárnio provocado pela intervenção de Dauriat nessa e em outras situações, as petições eram vislumbradas como (talvez as únicas) formas de expressão política possíveis para aquelas mulheres. Não deixavam de ser também uma espécie de “régua” para as autoridades conhecerem a opinião local e, portanto, uma forma de prevenção de que as insatisfações não se tornassem algo mais sério (Fauré, 2003, p. 45; Riot-Sarcey, 2008, p. 71).

Tais demandas endereçadas por Dauriat às instâncias deliberativas muito provavelmente são os seus registros mais conhecidos e estudados *pelas historiadoras* nas últimas décadas (Fauré, 2003 e 2010; Riot-Sarcey, 1996 e 2008). O exemplo mais emblemático dessa produção é a *Demande en révision du Code Civil* dirigida à Câmara dos Deputados e à Câmara dos Pares, escrita no mesmo ano de sua participação no congresso de história promovido pelo IHP, na qual detalhava todos os artigos do referido Código que pareciam discriminar as mulheres, sobretudo os que instituíam sobre a subordinação no casamento⁸. Evidentemente, o pedido de Dauriat foi recusado por ambas as Câmaras (Aubry, 2017, p. 11),

Outro ponto que mereceu a atenção dessa personagem foi a formação das mulheres. Em 1845 ela dirigiu uma memória aos dirigentes da municipalidade parisiense e à Câmara dos Pares contra a prevalência de professores homens no ensino secundário destinado às meninas: enquanto as mulheres tinham de apresentar “diplomas de capacidade e atestados de moral”, os homens não precisavam “justificar nenhuma qualificação” (*Apud* Rogers, 1996, p. 2 – tradução livre). Como resposta, os professores insistiam na incapacidade das mulheres de garantir uma instrução sólida, séria e laica (Rogers, 1996, p. 3). Apesar disso, Narvaez (2017, p. 56-57) indica sua influência nesse debate, quando o ministro da educação pública, Narcisse-Achille Salvandy,

7 O “Código Napoleônico”, de 1804, instituiu a tutela marital, que afetava o acesso à propriedade e a capacidade de estabelecer contratos com repercussões em termos de direitos para as mulheres (Halpérin, 2006).

8 O matrimônio era visto como um contrato social por essas feministas, como propôs Olympe De Gouges na *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* de 1791 (Scott, 2012, p. 68).



criou uma comissão encarregada de examinar o estabelecimento de colégios femininos, dois anos depois.

Através das petições, essas mulheres reivindicavam o direito de “subir à tribuna”, de dirigir-se à Assembleia de representantes delegados da nação. Esse seria, inclusive, parte do lema do movimento feminista do século XIX, remontando ao posicionamento de um importante nome do contexto pós-revolucionário, Olympe de Gouges, autora da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791): “a mulher que pode subir à força tem o direito de subir à tribuna” (Scott, 2012, p. 66; p. 81). Como sua colaboração também para esse debate, Dauriat, em 1837, contradisse o que denominou como as únicas condições em que a cidadania da mulher, de forma indireta, transparece: sendo esposa, presa ou punida com pena de morte. Em suas palavras, só se é cidadã quando “exercemos os direitos civis, políticos e religiosos” (*Apud* Riot-Sarcey, 1996, p. 5 – tradução livre). Com o reconhecimento do direito das mulheres de expressarem-se como chave para conquistar sua liberdade (Scott, 2012, p. 66), a partir de reivindicações por igualdade veio também o medo de que a sociedade fosse desestabilizada por uma “confusão entre os sexos” que a arrastaria ao caos (Godineau, 1993, p. 35).

Outro ponto que merece destaque é a forte associação dessas feministas às doutrinas socialistas, como o saint-simonismo. O grito contra a exploração ou a invisibilidade que sofriam se articulava a outros, e também neste aspecto a trajetória de Dauriat é representativa, já que, em 1847, ela colocou-se ao lado das mulheres trabalhadoras. Foi a sétima vez em que se voltou para a Câmara dos Deputados, mostrando que, se os trabalhadores eram os que mais sofriam na sociedade atual, “qual é a porção trabalhadora que sofre mais, senão as mulheres?” (*Apud* Riot-Sarcey, 2009 – tradução livre), denunciando, portanto, não apenas opressões de classe, como também de gênero, como pautas unidas – algo que foi extremamente importante na escrita de outra feminista, hoje bem conhecida, Flora Tristan (1803-1844), autora do panfleto *Union Ouvrière* (1835), ponto inicial de suas campanhas públicas a favor das mulheres e dos trabalhadores, quando entrou em contato com os socialistas utópicos (Campos, 2022; Vergara, 1999, p. 226). Dauriat não apenas apontava problemas sobre as condições de trabalho da classe operária, como também expunha a questão dos salários (Riot-Sarcey, 2009).

Aproximou-se dos círculos socialistas construídos em torno do pensamento de Saint-Simon (1760-1825), que, juntamente com Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837), era visto como “utopista feminista”, por suas “visões progressistas em relação ao papel e à participação das mulheres na sociedade e no mundo do trabalho”. Os discípulos da doutrina saint-simoniana, assim como os fourieristas, denunciavam o caráter mercantil do casamento e preconizavam o fim do sistema do dote (Houbre, 2000, p. 25). Por essa e outras prerrogativas,



era comum mulheres ativistas da década de 1830 se relacionarem com os saint-simonistas, colaborando em jornais e revistas (Narvaez, 2017, p. 55), como será exposto adiante.

As ideias de Saint-Simon eram em certa medida respostas à “negativa” experiência revolucionária, e não sem motivo preconizavam uma doutrina que se assentava no Cristianismo. Tal movimento, que denunciava a propriedade privada, criticava a exploração do homem pelo homem e pregava uma “nova religião do amor” (Aubry, 2017, p. 19), agregou, em suas fileiras, muitas feministas, que viam de forma coincidente mulher ideal, espiritualidade e virtudes cristãs (Ernot, 2009). A partir de tal inspiração religiosa, intentava-se alcançar a “regeneração moral da sociedade” (Scott, 2012, p. 121) – preocupação que também esteve muito presente no *Institut Historique de Paris*.

As correntes teóricas mencionadas colaboraram com análises sofisticadas elaboradas por mulheres sobre a inter-relação entre distintos tipos de opressão, e a consequente necessidade de uma luta emancipatória. Além de Tristan e Dauriat, as saint-simonianas Claire Démar e Suzanne Voilquin foram notáveis no período, sobretudo por terem iniciado o processo de fundação dos primeiros jornais feitos por mulheres dedicados exclusivamente à causa da emancipação feminina na França (Campos, 2022, p. 99). É o caso de *La Tribune des femmes*, primeiro periódico escrito somente por mulheres, como também *La femme couvelle*, de enfoque proletário e saint-simoniano; em ambos, vislumbra-se a participação de Dauriat, seja como articulista ou como leitora que se correspondia com as redatoras, respectivamente. Há informações de que ela também contribuiu com artigos para *Le Globe* lançando, em 1831, “*La femme libre*”, uma coluna dentro do jornal (Prassoloff, 1992, p. 10; Riot-Sarcey, 2009; Narvaez, 2017, p. 55-56).

Foi, portanto, multifacetada a atuação de Louise Dauriat pela agenda feminista desde, pelo menos, a década de 1820, quando inaugurou seu curso de *Histoire religieuse et universelle*, fechado pelo prefeito por conta de seu “liberalismo” exacerbado (Houbre, 2000, p. 25). Também foi em prol do movimento que defrontou o *Institut Historique de Paris*, quando propôs, em uma dissertação, a admissão de mulheres na agremiação. Sua demanda foi indeferida porque, segundo parecer do *Conseil*, ainda não havia chegado a época de revisão dos estatutos (Société des Études Historiques, 1837, p. 183-186). Tal argumento não pode deixar de ser lido como um subterfúgio formal para a instituição evitar se pronunciar explicitamente sobre a questão polêmica trazida ao debate.

Após tal negativa, e talvez de forma a atenuá-la, a proposição para responder à questão sobre a atual influência política do Cristianismo foi acatada. O assunto foi, porventura, encarado como seguro pelos censores do IHP, ou até como desejável, tendo em vista o grande número de católicos e protestantes entre suas fileiras, bem como de saint-simonistas e fourieristas, além



da atenção dada pela instituição ao tópico da “regeneração moral da sociedade”, perseguido através do ensinamento proporcionado pela história. A boa receptividade, contudo, se extinguiu no momento em que houve a leitura do texto, no dia 21 de setembro de 1837.

Entendendo a Europa como marco civilizacional, e por isso como lugar privilegiado – dentro de uma lógica eurocêntrica, linear e teleológica – para explicar a influência religiosa na política, Dauriat partiu da instrumentalização do Cristianismo para construir a emergência do “princípio de similitude entre os sexos”, o que corrobora uma visão saint-simoniana sobre o domínio religioso, enquanto lugar de refúgio e resistência feminina, como expôs Ernot (2009). Tendo isso em vista, torna-se mais compreensível a retórica utilizada pela oradora, em um ponto que se tornaria alvo de forte crítica pelos presentes no evento: a centralidade de Maria, enquanto fundadora da doutrina cristã (*Société des Études Historiques*, 1838, p. 298). A partir dessa premissa, Dauriat desenvolvia sua argumentação acusando “falsos doutores” e “legisladores sem consciência” do presente que redigiam contra as mulheres leis degradantes, que rebaixavam sua inteligência (*Société des Études Historiques*, 1838, p. 298). Enfatizava a importância de “verdadeiros evangelistas” que, impregnados de princípios cristãos, gritavam pela “liberdade aos escravos, e às mulheres seus direitos civis, políticos e religiosos” (*Société des Études Historiques*, 1838, p. 300 – tradução livre).

Dauriat preocupava-se em estabelecer as condições para uma “filosofia progressiva”, entendendo-a a partir da ótica cristã – aspecto não discordante do entendimento de boa parte dos agremiados ao IHP, diga-se de passagem. Inclusive, apesar dos comentários negativos elaborados posteriormente à fala da feminista, foi unânime a concordância com a visão da autora de que o Cristianismo era a base para todas as Cartas Constitucionais e que devia ser entendido como o motor principal para o melhoramento social e o progresso humano. Neste ponto suas ideias aproximavam-se ao que era o IHP em seus anos iniciais: uma instituição herdeira da história filosófica com pretensões universais, diferentemente da *Société de l’Histoire de France*, que incentivava a pesquisa da história nacional francesa. Inclusive, de acordo com Guimarães (2002, p. 195-197), os temas dos congressos reafirmavam essa concepção de história ligada ao século XVIII, preocupada em “assegurar um sentido e uma finalidade para a reflexão histórica que pudessem mantê-la em sua dimensão de mestra”. À história caberia uma função regeneradora e, em certa medida, cristã⁹ e contrarrevolucionária, visando atingir toda a humanidade. Nesse sentido, como expôs um dos comentadores do discurso de Dauriat, o Cristianismo foi o primeiro

⁹ Como a questão religiosa era complexa na França, por conta do histórico conflito entre católicos e protestantes, optei por seguir a fonte e falar em “Cristianismo”. A própria Dauriat seria, de acordo com matéria do jornal *Figaro* em 9/1/1838, protestante.



degrau para o aperfeiçoamento das sociedades humanas, tendo o homem marchado dezoito séculos guiado por essa doutrina (Société des Études Historiques, 1838, p. 118).

Desconfortável para muitos presentes foi sua visão a respeito da legalidade do direito social e político das mulheres, que não deixava de se relacionar com suas aparições coetâneas nas instâncias políticas parisienses, solicitando substanciais mudanças na legislação em vigor. Respaldava e justificava esse posicionamento a partir de um rompimento hierárquico visto por alguns comentadores como heresia: a suposição de que Jesus Cristo havia sido “mais que um homem” por ter nascido de uma mulher (Société des Études Historiques, 1838, p. 298). A um só tempo, Dauriat indicava como marco fundacional dos princípios cristãos a maternidade de Maria, em um momento em que a obsessão da história pelas origens como um início que explica tomava forma (Bloch, 2001, p. 56-60), além de permitir, naquele presente, pensar a maternidade como justificativa para a cidadania feminina. Neste ponto, não destoava de pautas de outras feministas contemporâneas, como Jeanne Deroin, que viam nesse aspecto o principal argumento para a exigência pelos direitos das mulheres, evidenciando a maternidade como um valioso trabalho produtivo e social (Scott, 2012); afinal, não eram elas as responsáveis por gestar e formar os cidadãos franceses? Haveria importância social e política maior do que tal?

Seu grande erro, de acordo com *messieur* Dréolle – que, inclusive, fez uma explanação maior do que o discurso de Dauriat para deslegitimá-lo –, foi atribuir ao Cristianismo a liberdade feminina e a ideia de que seria possível compartilhar a autoridade de um “pai de família” (Société des Études Historiques, 1838, p. 122). Dizia isso após demonstrar no que consistia o Instituto Histórico – um grupo “composto por homens sérios” que se esforçavam para entrar no domínio da ciência e “extrair um pouco dessa iluminação necessária à inteligência do passado” (Société des Études Historiques, 1838, p. 117 – tradução livre) – e a importância da realização de um evento daquele porte na capital francesa: “Nós, membros do Instituto, e vocês também, Senhores e Senhoras, construímos neste recinto um templo à verdade histórica e não um *boudoir* onde a galanteria deve reinar” (Société des Études Historiques, 1838, p. 117 – tradução livre). Sendo *boudoir* um espaço “para uso particular das damas, que para lá se retiram para ficarem sozinhas e só admitem as pessoas mais íntimas” (Larousse, 1867, p. 1069 – tradução livre), o tom de ironia é inegável.

Assim, os poucos comentários que Dauriat teceu na ocasião em relação às mulheres e à necessidade de elas conseguirem maior espaço político e social, respaldando-se através do Cristianismo, foram suficientes para promover um verdadeiro tribunal, no qual desempenhou o mais infame dos papéis. Ela comentava, com sarcasmo, que teve que se defender de nada



menos que vinte homens¹⁰ que se opuseram veementemente às suas palavras (Société des Études Historiques, 1838, p. 147-148)! Tais críticas aparecem transcritas em dezessete páginas do *Journal de l'Institut Historique* e foram feitas logo após a apresentação da memória e em sessão posterior, no dia 24. Surpreendentemente, o único que esteve mais inclinado a defender a oradora foi Eugène de Monglave (Société des Études Historiques, 1838, p. 113-115; p. 115-128; p. 145-146).

Ainda que compreenda a relevância de pensar o gênero como categoria relacional, não irei me ater de forma pormenorizada a cada um dos críticos e seus comentários. Basta indicar que, de modo geral, aliada à ojeriza que a fala de Dauriat provocou no que tange ao argumento que alçava Maria a um lugar de protagonista da história cristã, estava uma veemente repulsa às suas ideias sobre o que denominava como “direito social das mulheres”. Falas que desqualificavam essa demanda foram várias, questionando, por exemplo, se não era suficiente, “em um país como o nosso”, que as mulheres fossem “honradas, respeitadas” e mesmo adoradas? Um dos homens chegou a fazer um comentário risível, de que tamanho era seu respeito pelas mulheres, que consultou sua esposa sobre o que dizer na ocasião e que, “conforme sua judiciosa crítica”, resolveu suprimir quase todo o discurso (Société des Études Historiques, 1838, p. 145 – tradução livre)!

Também alertavam para que o dia em que as mulheres passem a gozar de tais direitos, “será o dia que nós decretaremos a ruína e a desorganização da sociedade”, já que os papéis políticos e sociais então consolidados justificavam-se por especialidades que tinham respaldo na “natureza”. Por isso os homens fundavam as leis, enquanto as mulheres fundavam os costumes (Société des Études Historiques, 1838, p. 123; p. 126 – tradução livre), o que não deixa de ser parte de uma dinâmica de associação dos homens ao espaço público e ao racional, e das mulheres ao âmbito do privado e ao emocional.

Assim, a elas restariam os “trabalhos de inteligência”, como os literários, filosóficos e históricos, ainda que nenhuma mulher pudesse fazer parte de uma instituição do porte do Institut. Um dos comentaristas, aluno da Escola Normal, reivindicava o “império doméstico” como o espaço de direito e de dignidade das mulheres, enquanto outro finalizava sua fala em tom zombeteiro a respeito da presença feminina na tribuna: “Que efeito, já foi dito, produziria o discurso de um orador que fosse obrigado a interromper-se e a descer da plataforma para amamentar o seu filho?” (Société des Études Historiques, 1838, p. 125; p. 127 – tradução livre).

10 Na súmula do evento publicada na revista do IHP, constam nove comentaristas: Alphonse Fresse-Montval, M. de Rienzi, Dufey (de l'Yonne), Félix Labbé, M. Delespine, M. Dréolle, Armand Fouquier, M. Rostan e Monglave.



Importa, então, pensar sobre o porquê de uma personagem conhecida por sua veemente tentativa de participar dos espaços de poder e de saber de Paris, levando solicitações polêmicas que eram foco do movimento feminista da época, ter sido aceita como oradora do congresso de história promovido pelo *Institut Historique*, tido por muitos como uma agremiação conservadora. Talvez, nesse sentido, caiba analisar o comentário simpático feito por Monglave, o homem no controle da instituição e da organização do evento à época, sobre o discurso de Dauriat.

O secretário pedia então que os colegas pusessem fim àquele injusto tribunal, já que, em suas palavras, mesmo após reler o discurso de Dauriat, não conseguia entender o que havia provocado sobremaneira os ânimos dos demais. Em tom de sarcasmo, criticou os críticos (*Société des Études Historiques*, 1838, p. 146), abrindo espaço para a resposta da *madame*. Ela, entre outros aspectos, postou-se contra as condenações à presença feminina em espaços de poder, indagando se todos os homens que representavam a nação estavam em bom estado de fazê-lo ou se eram apenas homens e por isso detinham tal direito/privilégio. E completou, consolidando a argumentação que havia exposto dias antes durante sua preleção, em torno de uma concepção de história filosófica a qual se voltava para um futuro ideal para as mulheres:

A esses puritanos direi: Por que temer ser perturbado pela presença de uma mulher? [...] Só vejo progresso no futuro; mas posso dizer de agora em diante que a filosofia progressista concederá às mulheres direitos civis e políticos, de acordo com as suas faculdades físicas, intelectuais e morais, e que o Cristianismo garantirá os direitos de todos e a prosperidade do mundo (*Société des Études Historiques*, 1838, p. 138 – tradução livre).

Aguerrida, após ver sua posição rechaçada pelos participantes do evento, Dauriat não se calou e se fez presente. O mesmo ocorreu tempos depois, após ter conhecimento do novo protocolo adotado pela instituição. Além da não permissão de entrada de mulheres como sócias prevalecer, como herança do acontecido em 1837 nos eventos seguintes os discursos que iniciavam ou finalizavam os congressos passaram a trazer uma palavra de “encorajamento” às mulheres, que poderiam “abrilhantar” os seminários do Institut com sua presença *apenas na plateia* (*Société des Études Historiques*, 1840, p. 10-11). Aquelas que se dispusessem a propor ou responder questões em outras ocasiões teriam de enviar o trabalho escrito para que um homem fizesse a leitura no momento do evento, depois, evidentemente, de passar pelo crivo do Institut.

A esse respeito, comentou-se em sessão de 29 de junho de 1838 do IHP:



A senhora Louise Dauriat, que ouvimos no congresso de 1837, escreveu ao Instituto Histórico para reclamar da decisão que priva as mulheres da palavra no nosso congresso em Setembro próximo e que se limita a reservar-lhes os melhores lugares. Ela chama esta decisão de um insulto, uma injustiça, um testemunho de raiva, contradição, inconsistência, fraqueza, covardia e ingratidão (*Société des Études Historiques*, 1838, p. 237 – tradução livre).

À leitura se seguiram poucos comentários de alguns sócios, indicando o quanto a missiva ultrajava a sociedade, com a resolução de que apenas acusariam a recepção da carta, sem dar maiores explicações à sua autora (*Société des Études Historiques*, 1838, p. 238). E o veto se manteve. Exemplo disso foi a situação levantada por Rudi (2019, p. 140-143), quando, em 1849, outra *madame*, desta vez a Maria Maury, teve seu trabalho lido pelo *messieur* Buchet de Cublize. Tratava-se de uma contribuição para a questão sobre as características “que distinguem a escola histórica moderna da escola antiga”.

Considerações finais

O feminismo francês dos anos de 1830, como pensado e praticado por mulheres como Louise Dauriat tinha suas especificidades. Se o movimento nasceu como resposta à Revolução de 1789, ficou evidente que a retórica cristã, tão propagada por feministas saint-simonianas e tão presente na fala de Dauriat no congresso do *Institut Historique de Paris*, também aparecia como uma reação. Uma das estratégias dessas mulheres era participar das discussões políticas e também acadêmicas. Com isso é possível concluir que o interesse em adentrar uma agremiação como o IHP, ou ao menos participar de seus eventos, tinha a ver com uma tática de buscar diferentes tribunas, ou espaços de se fazer ouvir, cuja repercussão poderia ser capitaneada pelo movimento.

Nesse sentido, importa pensar que o processo de disciplinarização da história, iniciado no contexto em questão por agremiações androcentradas como o *Institut Historique de Paris*, na França, era reconhecido como importante também para o movimento feminista do qual mulheres como Louise Dauriat eram representantes. Essa importância tinha a ver com a legitimidade que essas agremiações galgaram para si, enquanto definidoras de uma prática que então estava se estabelecendo como primordial para os Estados-nacionais em processo de consolidação. Muito já foi dito na historiografia a esse respeito, sobre a centralidade da história no cenário oitocentista



e, no caso francês, pode-se dizer que o empenho foi grande em construir uma narrativa que conferisse sentido ao passado.

Além disso, o exemplo que foi o foco deste artigo indica o quanto a não aceitação de mulheres nesses espaços de saber consolidou certos ideais, promovendo o afastamento do corpo feminino do campo da história por muito tempo. Desse modo, é oportuno refletir também sobre o que foi rejeitado, juntamente com as mulheres, em termos epistemológicos. Se partimos do pressuposto, como aponta Oliveira (2018, p. 117-118), de que não existiam mulheres historiadoras¹¹ no século XIX, por conta da própria condição feminina na sociedade patriarcal (pela falta de acesso amplo à educação, à cultura letrada, à formação profissional e às agremiações, instituições e redes de sociabilidade acadêmicas), podemos indagar sobre as consequências teóricas que esse silêncio/ostracismo permitiu.

A própria compreensão do trabalho historiográfico carrega essas marcas, de uma ausência presente constantemente na reflexão e na prática *dos historiadores*. Isso porque escolhas temáticas, metodológicas e narrativas dependem do pertencimento social dos que pensam e produzem história (Oliveira, 2018, p. 116) e de suas formas de subjetivação. Daí a necessidade de “escavar através das espessuras do esquecimento que a disciplina não cessou de acumular sobre suas próprias fundações” (Didi-Huberman, 2015, p. 56), como suas marcações imperialistas, eurocêntricas e misóginas, e de problematizar a bibliografia canônica, formada pela relação autor-autoridade (Pereira, 2018, p. 100).

Assim, partindo da “questão Dauriat”, busquei evidenciar de que forma uma situação e personagem “excêntricas” têm muito a dizer sobre uma instituição como o *Institut Historique de Paris*. Ainda que partir da lógica da excepcionalidade seja algo arriscado, sobretudo em se tratando da história das mulheres, busquei não colaborar com uma visão que reduz as suas experiências “a uma feminilidade normativa ou essencialista, fora da qual o que existe é anomalia e transgressão da ordem natural” (Vergara, 1999, p. 227). Optei por pensar Louise Dauriat em seu contexto, tendo em vista as relações que ela estabeleceu com outras mulheres da “geração” de 1830 e também com os homens letrados circunscritos ao *Institut Historique de Paris*. Por outro lado, foi a partir desse caso específico, com a negativa, a crítica e a dissociação imposta por aquela agremiação, que se tornou possível apreender um pouco os contornos de como ela se definia em termos de unidade institucional e de construção de um ideal de coletividade. Além disso, sendo

¹¹ Segundo um dos críticos de Dauriat, “*Elle s’est faite historien, elle a provoqué nos observations [...]*” (Société des Études Historiques, 1838, p. 117 – grifos meus). Destaco o termo *historien*, e não seu substantivo feminino, *historienne*, para tratar da autora.



uma associação *histórica*, vislumbrou-se o que era implicado enquanto agenda de pesquisa e consolidação de certos ideais sobre o campo e o ofício.

Segundo Alice Faria (1970, p. 37), Dauriat não apresentou nada “melhor ou pior” do que os demais oradores, todos homens, em 1837¹². Inclusive, em parte, seu entendimento do que era a finalidade da história (orientada para um futuro ideal, no qual o projeto de regeneração moral da sociedade se consolidaria através do Cristianismo) não foi reprovado; as reprimendas se deram em função do ativismo político da autora em prol do debate feminista, que, no limite, não deixava de apontar para uma visão de história e um projeto de futuro. Se todos concordavam que o “horizonte de expectativa” tinha o *progresso* como norte (Koselleck, 2006), era a definição de progresso atribuída por Dauriat que conflitou com a dos críticos, colocando em xeque também o(s) sentido(s) que a história poderia ter, pensada enquanto *telos*. Como resposta, apostaram na exclusão de mulheres não apenas da instituição e de seus eventos, mas também do futuro, acadêmica e socialmente compartilhado.

Referências

- ANDRADE, Débora. Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 417-442, 2009.
- AUBRY, Anne. Écrire en France et en Amérique du Nord en 1832 en étant femme. **Anales de Filologia Francesa**, n. 25, p. 7-22, 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CAMPOS, Luna. Flora Tristan. In: DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luna (org.). **Pioneiras da sociologia**: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX. Niterói: Eduff, 2022, p. 95-110.
- CARRARO, Elaine. O Brasil como tema no Instituto Histórico de Paris. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe**, n. 47, 2017.
- CARRARO, Elaine. **O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2002.
- CARVALHO, Bruno de. História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista: as “Conferências Populares da Glória”. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 135–170, 2022. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1780>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- CERTEAU, Michel de. **Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução de Vera Casanova, Márcia Arbex. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.
- ERNOT, Isabelle. Des femmes écrivent l’histoire des femmes au milieu du XIXe siècle: représentations, interprétations. **Genre & Histoire [En ligne]**, n. 4, 2009.

12 Como não foi por falta de mérito que Beatriz Brandão foi recusada como sócia do IHGB em 1850. Também neste quesito, de uma “orientação marcadamente androcêntrica” (Oliveira, 2018, p. 120-121), a instituição brasileira parecia se esforçar em seguir a francesa.



- FARIA, Maria Alice. **Brasileiros no Instituto Histórico de Paris**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- FARIA, Maria Alice. História - Monglave e o Instituto Histórico de Paris. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 2, p. 43-53, 1967.
- DESLANDRES, Paul. Les débuts de l'Institut Historique (1834-1646). **Revue des Études Historiques**, Paris, jul.-set.1922.
- FAURÉ, Christine. Des formes de la protestation politique (France, XVIIe – XIXe siècles). **International Review of Sociology**, v. 20, n. 2, jul. 2010, p. 291-300.
- FAURÉ, Christine. Women's History after the Law on Parity. In: CÉLESTIN, Roger; DALMOLIN, Eliane; COURTIVRON, Isabelle de (org.). **Beyond French Feminisms: debates on women, politics, and culture in France, 1981-2001**. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 39-49.
- FIGARO**: électeur, juré, contribuable, artiste, financier, auteur, industriel, homme du monde et journaliste, Paris, 9 jan. 1838, Année 11, Numéro 87. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k268944q/f2.item.r=dauriat>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introducción. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **Historia de las mujeres – tomo 4: El siglo XIX**. Madrid: Taurus Ediciones, 1993, p. 11-22.
- FURET, François. **A oficina da história**. Tradução de Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1986.
- GODINEAU, Dominique. Hijas de la libertad y ciudadanas revolucionarias. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **Historia de las mujeres – tomo 4: El siglo XIX**. Madrid: Taurus Ediciones, 1993, p. 23-40.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 184-200, dez. 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-27, 1988.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 393-413.
- HALPÉRIN, Jean-Louis. **The French Civil Code**. Londres: Taylor And Francis, 2021.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa Souza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HOUBRE, Gabrielle. Como a literatura chega às jovens. França, primeira metade do século XIX. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 11-27, jul. 2000.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1, p. 5-8, 1839.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Maas, Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAMBRON, Ève-Marie. **Les relations entre autrices en France et en Italie (1770-1840)**. Leiden/Boston: Brill, 2022.
- LAROUSSE, Pierre. **Grand dictionnaire universel du XIXe siècle: français, historique, géographique, mythologique, bibliographique...** T. 2. Paris: Administration du Grand Dictionnaire Universel, 1867.
- MALEVAL, Isadora Tavares. **Entre a “arca do sigilo” e o “tribunal da posteridade”**: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Política, UERJ, Rio de Janeiro, 2015.
- NARVAEZ, Michèle. As sementeiras. **Revista XIX**, v. 1, n. 4, p. 11-38, 2017.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e os seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: ÁVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 53-71.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.
- PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da Historiografia**. Ouro Preto, v.4, n. 6, p. 103-122, 2011.



- PEREIRA, Ana Carolina. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, abr.-jun. 2018, p. 88-114.
- PRASSOLOFF, Annie. Le statut juridique de la femme auteur. **Romantisme**, n. 77, 1992, p. 9-14.
- QUÉRARD, Joseph-Marie. **La littérature française contemporaine: XIXe siècle** – t. 3, 1848.
- RUDI, Thiago. **De l'histoire de l'histoire: o passado dos estudos históricos na França (1810-1933)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, Franca, 2019.
- RIOT-SARCEY, Michèle. DAURIAT Louise. **Maitron**, 20, février, 2009. Disponível em: <https://maitron.fr/spip.php?article29479>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- RIOT-SARCEY, Michèle. L'argumentaire politique des femmes, de Jeanne Deroin à Julie Daublié. **Les Cahiers du CEDREF**, v. 2, p. 213-321, 1996.
- RIOT-SARCEY, Michèle. Les pétitions sous la monarchie de Juillet: une source de connaissance de l'opinion? **La Revue administrative**, p. 71-76, 2008.
- ROGERS, Rebecca. Le professeur a-t-il un sexe?: les débats autour de la présence d'hommes dans l'enseignement secondaire féminin, 1840-1880. **Clio. Histoire, femmes et sociétés** [En ligne], v. 4, 1996.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.
- SCOTT, Joan. **Las mujeres y los derechos del hombre: feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- SMITH, Bonnie C. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Tradução de Flávia Rossler. Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. **Congrès historique européen, reuni a Paris, au nom de l'Institut Historique, dans la salle Sr.-Jean, de l'Hôte-de-Ville (novembre-décembre 1835)**. Paris: P. H. Krabbe, 1836, 2 vols.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. **Congrès historique européen, reuni a Paris, au siège de l'Institut Historique (septembre-octobre 1839)**. Paris: Au secrétariat de l'Institut Historique; H.-L. Delloye, 1840.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. **Journal de l'Institut Historique**, Paris, t. 1, a. 1, 1834.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. **Journal de l'Institut Historique**, Paris, t. 7, a. 4, 1837.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. **Journal de l'Institut Historique**, Paris, t. 8-9, a. 5, 1838.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. **Registres de l'Institut historique, devenu la Société des études historiques**. MS 9185-9186 (Arquivo da Bibliothèque de l'Arsenal, Paris, França).
- VERGARA, Moema. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. **Cadernos Pagu**, n. 13, p. 223-251, 1999.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Biografia profissional:

Desde 2016 é professora adjunta da área de Teoria e Metodologia da História no Departamento de História de Campos (CHT) da UFF. Atualmente também compõe o corpo docente do Mestrado Profissional em Ensino de História PROFHISTÓRIA - UFF. É especialista em temas relacionados à teoria da história, história da historiografia, história do Brasil Império, história da Primeira República, cultura letrada, história do livro e dos impressos e história regional.

Endereço para correspondência:

Rua José do Patrocínio, 71, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, 28015-030, Brasil.



Financiamento:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, processo E-26/100.034/2014 (141436).

Agradecimento:

Agradeço à Karina Anhezini pelas contribuições feitas a partir da leitura crítica do texto, que é resultado do meu estágio de pós-doutorado na UNESP-Franca (2023-2024), sob sua supervisão. Também sou grata à Armelle Enders pela colaboração no período de pesquisa em arquivos e bibliotecas franceses, durante o meu doutorado-sanduíche em 2014, quando me debrucei sobre o *Institut Historique de Paris* e tive meu primeiro contato com Louise Dauriat.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Modalidade de avaliação:

Duplo-cega por pares.

Contexto de pesquisa

Parte do artigo deriva da tese “Entre a ‘arca do sigilo’ e o ‘tribunal da posteridade’: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, orientada por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, defendida no ano de 2015 - link <https://www.btdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/13020/1/Isadora%20Tavares%20Maleval%20Tese.pdf>

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Renata Dal Sasso Freitas - Editora executiva

Histórico de avaliação

Data de submissão: 25 de abril de 2024.

Data de aprovação: 28 de junho de 2024.

Direitos autorais

Copyright © 2025 Isadora Tavares Maleval



Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

